

Diário da Assembléa Constituinte

DO ESTADO DE SERGIPE

ANNO I

QUINTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 1935

NUM. 44

Assembléa Constituinte de Sergipe

Boletim do dia 5 de Junho de 1935

Acta da 50ª sessão da Assembléa Constituinte do Estado de Sergipe

Presidente — *Carvalho Barroso*.

Secretarios — *Luiz Garcia e Lacerda Filho*.

Presentes os deputados Carvalho Barroso, Luiz Garcia, Lacerda Filho, Rodrigues Doria, Nelson Garcez, Gentil Tavares, Esperidião Noronha, Carvalho Netto, Manoel Nabuco, José Sebrão, Manoel Rollemberg, Adroaldo Campos, Barretto Filho, Octavio Aragão, Arnaldo Garcez, Quintina Diniz, José Ribeiro, Luiz Simões e Moacyr Sobral (19), ausentes os deputados Pedro Diniz, Orlando Ribeiro, Pedro Amado, Leite Netto, Manoel Nobre, Nyceu Dantas, Carlos Corrêa, Theophilo Barretto, Miguel Barbosa, Othoniel Doria e Alfredo Leite, havendo numero legal, o presidente abriu a sessão. Lida e aprovada, sem discussão, a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE

Não houve. Pede a palavra o deputado Carvalho Netto, para, profligando o attentado que soffreu o presidente Gabriel Terra, pedindo que se inserisse na acta um voto de vehemente protesto por semelhante facto. Posto a votos, o requerimento foi unanimemente aprovado. Ainda na hora do expediente continuou com a palavra o deputado Carvalho Netto para defender suas idéas contra a criação do Senado.

ORDEM DO DIA

Pede a palavra o deputado Carvalho Netto levantando uma questão de ordem. Após pediu a palavra o deputado Manoel Rollemberg. Terminada a discussão do Título I, o presidente poz, em seguida, a discussão do Título II, falando então os deputados Carvalho Netto, Rodrigues Doria, Gentil Tavares, Luiz Garcia e Adroaldo Campos. O deputado Lacerda Filho levanta uma questão de ordem. Por ter se exgotado a hora destinada á ordem do dia, o presidente levantou a sessão, dando para ordem do dia da sessão seguinte, continuação da discussão do Projecto com o Parecer e respectivas emendas a começar do Título II.

Sala das sessões da Assembléa Constituinte do Estado de Sergipe, em Aracaju, 4 de Junho de 1935.

Pedro Diniz Gonçalves Filho—presidente.

Manoel de Carvalho Barroso—1º secretario.

Luiz Garcia—2º secretario.

Está conforme.

Secretaria da Assembléa Constituinte do Estado de Sergipe, em Aracaju, 5 de Junho de 1935.

a) Nelson Tavares da Motta,
director.

Presidente — *Pedro Diniz*

Secretarios — *Carvalho Barroso e Luiz Garcia*.

Presentes os deputados Pedro Diniz, Carvalho Barroso, Luiz Garcia, Rodrigues Doria, Pedro Amado, Nelson Garcez, Manoel Nobre, Gentil Tavares, Lacerda Filho, Carlos Corrêa, Manoel Nabuco, José Sebrão, Manoel Rollemberg, Adroaldo Campos, Barretto Filho, Octavio Aragão, Arnaldo Garcez, Quintina Diniz, Othoniel Doria, José Ribeiro, Luiz Simões e Moacyr Sobral (22), faltando os deputados Orlando Ribeiro, Leite Netto, Esperidião Noronha, Nyceu Damas, Carvalho Netto, Theophilo Barretto, Miguel Barbosa e Alfredo Leite, havendo numero legal, o presidente declara aberta a sessão.

Lida e aprovada, sem discussão, a acta da sessão anterior.

EXPEDIENTE

Corstou de telegramma do presidente da Assembléa Constituinte do Estado de Amazonas communicando o encerramento dos trabalhos constituintes daquela Assembléa e promulgação solemne da Constituição do Estado.

Não tendo havido oradores na hora do expediente, o presidente passou á

ORDEM DO DIA

que constou da discussão do Projecto de Constituição, Título II, das emendas respectivas e o Parecer da Comissão.

Teem a palavra os deputados Lacerda Filho e Barretto Filho.

Nenhum deputado querendo mais usar da palavra sobre o Título II, o presidente deu por encerrada a discussão, annunciando, em seguida, a discussão do Título III. Fallaram, então, os deputados Luiz Garcia, Lacerda Filho, José Ribeiro e Barretto Filho.

Não havendo mais oradores, o presidente encerrou a discussão do Título III, abrindo a discussão do Título IV durante a qual fallaram os deputados Lacerda Filho, Barretto Filho, Rodrigues Doria e Luiz Garcia.

Em explicação pessoal, usaram da palavra os deputados Rodrigues Doria e Adroaldo Campos.

Nenhum dos srs. deputados querendo mais usar da palavra, o presidente levantou a sessão, dando por encerrada a discussão do Título IV, e annunciando para discussão da sessão seguinte o Projecto de Constituição partir do Título V, emendas respectivas e Parecer da Comissão.

Resumo do discurso do deputado Rodrigues Doria na sessão de 4 de Junho :

Sr. presidente, as relações da materia do Título I ora em discussão, com o Departamento Municipal, creio no Projecto de Constituição, permittem-me tratar de Instituto, ao qual me opponho, achando-o dispendioso

desnecessario, pois a fiscalisação das Municipalidades, assim como o seu bom funcionamento, podem ser obtidos por meio de uma lei de organização municipal ponderada, bem feita, completa.

Ao Governador do Estado e ao Thesouro podem ser commettidas as funções que são attribuidas ao Departamento que se quer crear.

Essa fiscalisação das municipalidades pode bem se fazer sem despesas no sentido da Lei n. 590, de 6 de Dezembro de 1925, lei alguns meses depois revogada pelo Governo empossado no anno seguinte, pois entre nós é notavel o desejo em desmanchar o que fazem os antecessores.

Não vejo necessidade, pois, de commetter esse serviço a um Instituto novo, dispendioso, embora commettida a despesa aos proprios municipios, alguns dos quaes já têm renda tão exigua que não poderá satisfazer a essa exigencia. E se os intendentes e vereadores não têm a competencia para a gestão do municipio, ou se supprimam os municipios ou se façam exigencias necessarias para que se encontrem nos eleitos pessoas capazes.

A lei citada exigia para a criação do municipio:

- I — População não inferior a 10 mil habitantes.
- II — Ter edificio para o Conselho Municipal, sessão do jury, quartel e cemiterio.
- III — Renda calculada pela que então pagavam os moradores da parte a desmembrar-se, superior a 4 contos de réis.
- IV — Que 10 % da população adulta saiba lêr e escrever.

No Capitulo III, Do orçamento municipal, diz a referida lei:

Art. 49. O orçamento municipal será votado annualmente, sendo orçada a receita com a indicação de suas fontes, e fixadas as despesas discriminadamente, por verbas, que deverão ser especificadas o mais possivel.

§ 1.º As despesas com o subsidio do intendente e ven-

cimentos dos empregados do municipio, qualquer que seja sua ordem ou cathegoria, e bem assim as destinadas ao pagamento de porcentagens ou commissões de fiscalisação ou arrecadação, não poderão exceder das quotas da receita, fixada na tabella seguinte:

Receita até 6 contos...	50 %
Sobre excesso dessa quantia até 10 contos...	45 %
Idem até 15 contos...	40 %
Até 20 contos...	35 %
Até 40 contos...	30 %
Até 60 contos...	25 %
Até 100 contos...	20 %

§ 2.º Não se comprehendem na disposição supra os vencimentos dos escrivães de jury, officiaes de justiça, escrivão e membros do magisterio publico primario municipal.

A lei especifica tudo o que diz respeito e é necessario á Contabilidade Municipal. Trata da prestação de contas do intendente perante o Conselho, e perante a Junta de Fazenda do Thesouro.

Determina ainda a lei que seja annualmente destinada uma verba no orçamento para obras e melhoramentos, e que dentro de oito dias da data de publicação do orçamento será este remettido ao presidente do Estado, e tambem em copia authentica ao Thesouro.

Deixo, para não tomar tempo, de lêr todas as disposições da lei, que, com as modificações aconselhadas pelo tempo, poderá perfeitamente substituir, sem gastos, o lembrado Departamento Municipal, que só virá sobrecarregar os orçamentos municipaes.

Desde que se pode fazer o mesmo serviço sem despesas, ou com pequenas despesas, não ha porque organizar um serviço que não será barato, e que só serve para augmentar a burocracia do Estado.

Por isso apresentei emenda supprimindo esse Departamento.